



DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS POR COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DA BAHIA

Maria Cecília Seara Santos¹; Raquel Nascimento souza²; Rômulo Magno Oliveira de Freitas³

¹Instituto Federal Baiano / campus Serrinha / mah_seaara@hotmail.com; ²Instituto Federal Baiano / campus Serrinha / raquel19882006@gmail.com; ³Instituto Federal do Rio Grande do Norte / campus Pau dos Ferros / romulo.freitas@ifrn.edu.br

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos apresenta diretriz complementar a Lei nº 12.305 de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. As prerrogativas apresentadas nestes, bem como em outros instrumentos legais, são imprescindíveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Contudo, devido a escala de produção e o acesso a essas comunidades, a destinação correta dos rejeitos pode estar ocorrendo de forma inadequada. Portanto, o presente estudo apresenta atividades desenvolvidas pelas comunidades tradicionais do estado da Bahia, os resíduos provenientes destas e sua classificação segundo a legislação vigente. As 33 comunidades identificadas estão classificadas em quilombolas, indígenas, rurais, povoado de pescadores e de reservas extrativistas conforme segmento instituído pela Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Estas comunidades desempenham atividades de extrativismo animal e vegetal, produção agrícola e pecuária e fabricação de farinha de mandioca. Os resíduos provenientes destas atividades são classificados como resíduos sólidos urbanos e agrossilvipastoris, não perigosos e não inertes. Contudo, há uma lacuna considerável quanto aos estudos envolvendo as comunidades tradicionais no estado da Bahia, o que dificulta a efetiva implementação de estratégias sustentáveis que garantam a manutenção e o desenvolvimento das atividades histórico culturais desenvolvidas por estas, bem como a correta destinação dos resíduos que não podem ser reaproveitadas nos seus processos produtivos.

Palavras-chave: Coleta; sustentabilidade; instrumentos legais.

Agradecimentos: Este trabalho é fruto da avaliação parcial do componente curricular de Aproveitamento de Resíduos Agroindustriais do Mestrado Profissional em Ciências Ambientais.